

## O secretário de Educação Superior do MEC fala sobre o programa que prevê a implantação de Centros de Desenvolvimento Regional no País

Entrevista por Bianca Torreão

Nesta entrevista, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Paulo Barone, traz informações sobre o programa que prevê a implantação de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR) no Brasil e destaca como essa iniciativa pode constituir uma rede de atenção a regiões do território nacional não alcançadas diretamente pelas instituições de educação superior. “Elas passam a ter a chance de estender os seus benefícios a regiões e a segmentos mais amplos da população”, destaca.

Para viabilizar essa proposta, o MEC demandou ao CGEE um projeto que procura responder a esse desafio. A ideia é que os Centros sejam criados em ambientes como universidades, institutos federais ou outras instituições ligadas ao ensino e à pesquisa. As regiões da Campanha Gaúcha, em torno do município de Bagé (RS); administrativa de Campina Grande (PB), com núcleo no município homônimo; e do Sudoeste paulista, com sede

em Itapeva (SP), foram escolhidas como unidades pilotos dessa proposta.

A primeira seção desse número da revista reúne artigos com mais informações sobre os CDR dessas regiões.

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Paulo Barone.

A Secretaria de Educação Superior do MEC demandou ao CGEE um projeto que oferece subsídios à geração de um programa nacional de implantação de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR). Como o senhor avalia a importância dessa iniciativa?

“Os CDR têm, entre outras dimensões, a capacidade de constituir essa rede de atenção voltada a regiões do território que não são alcançadas diretamente pelas instituições de educação superior.”

Em primeiro lugar, o território brasileiro é alcançado ainda por poucas instituições de educação superior. O número de municípios e de regiões em que há vazios nessa cobertura é muito grande. Por outro lado, várias razões práticas nos dificultam cobrir o nosso território com a presença física de instituições. Então, isso exige uma série de outras medidas que incluem a educação a distância e também a extensão da intervenção das instituições de educação superior a territórios mais amplos que aqueles de suas sedes.

Os CDR têm, entre outras dimensões, a capacidade de constituir essa rede de atenção voltada a regiões que não são alcançadas diretamente pelas instituições de educação superior. Essas, por sua vez, passam a ter a chance de estender os seus benefícios a outras frações territoriais e a segmentos mais amplos da população, tendo

em vista a sua condição de prover serviços, competências, atividades, diagnósticos e solução de problemas, além da capacidade de formulação de projetos, sempre na direção de atender às demandas apresentadas pelo território.

Quais são os principais desafios para que os CDR se tornem realidade em todo o País?

É preciso destacar que os CDR devem sempre encontrar a melhor sinergia possível entre todas as instituições que ocupam um certo território. Nós não estamos pensando em um programa que se destina exclusivamente às universidades federais. Ao contrário: ele deve aproveitar e mobilizar todas as instituições que têm prestado serviços muito importantes ao País, para obter delas a melhor contribuição possível para essa causa, que é a de encontrar, nos problemas da região, nas questões, nas oportunidades e nos desafios, uma parte importante das agendas de trabalho de extensão, de pesquisa aplicada e, inclusive, de formação de recursos humanos.

“Nós não estamos pensando em um programa que se destina exclusivamente às universidades federais. Ao contrário: ele deve aproveitar e mobilizar todas as instituições que têm prestado serviços muito importantes ao País, para obter delas a melhor contribuição possível [...]”

Como o MEC imagina apoiar os CDR na fase de implementação do programa?

“ [...]certas metodologias de trabalho desenvolvidas pelo Centro [o CGEE] são insumos importantes. Fornecer, por exemplo, informações sobre a dinâmica econômica regional é uma dessas ferramentas. ”

Em primeiro lugar, aí está o CGEE para nos apoiar com o seu conhecimento e a sua experiência em tratar de questões de desenvolvimento regional. Então, certas metodologias de trabalho desenvolvidas pelo Centro são insumos importantes. Fornecer, por exemplo, informações sobre a dinâmica econômica regional é uma dessas ferramentas. Mas, simultaneamente, nós estamos formulando e desenvolvendo, nesses projetos pilotos, com pequenas variações de região para região, um modelo de funcionamento dos CDR e um método de elaboração de uma carteira de projetos para cada um dos centros.

Portanto, nós estamos refinando as ideias, de tal maneira que possamos testar o conceito e fazê-lo operar, inclusive no sentido de demonstrar o que funciona bem ou não. Ao mesmo tempo, o MEC está provendo inicialmente recursos para viabilizar o início da operação dos pilotos. Além disso, o ministério também será capaz de apoiar os projetos da carteira prioritária, prevendo-se, para isso, o apoio de um conselho nacional que irá tratar do tema. Por fim, o MEC

está empenhado em mobilizar outros agentes financiadores dos sistemas nacionais de educação e de ciência, tecnologia e inovação, para alocar recursos no desenvolvimento dos projetos da carteira dos CDR.

Como as universidades podem exercer a sua liderança no espaço da educação, ciência e tecnologia regionais?

Aí é que está. Esse é um problema importante. Não há sociedade desenvolvida que alcançou essa condição sem que as instituições de educação superior tenham tido adesão à agenda dos problemas nacionais. Em um país como o Brasil, uma agenda nacional não é única. Ela envolve, necessariamente, diferenciações de região para região.

“ Não há sociedade desenvolvida que alcançou essa condição sem que as instituições de educação superior tenham tido adesão à agenda dos problemas nacionais. ”

Isso significa que a capacidade de olhar para os problemas que fazem parte do seu entorno é um importante insumo para a produção da missão institucional e da sua relação mais forte com a sociedade. Se trata disso, então. Encontrar uma forma de articular os esforços das instituições de educação superior, que lidam com a educação em nível superior, com ciência e tecnologia,

no sentido de aderirem a agendas que dizem respeito aos interesses da sociedade.

Como eu disse, há muitas oportunidades, muitos desafios e muitas questões a serem enfrentados e, com a capacidade de intervenção nesses campos, seja pela formação de recursos humanos, pela produção de conhecimentos, ou pela extensão dos conhecimentos à sociedade, nesse caso, poder influenciar o desenvolvimento regional. Portanto, isso permite às instituições de educação superior e de ciência e tecnologia alcançar uma posição de liderança.

**A temática de desenvolvimento regional sempre foi uma das bandeiras do CGEE, que já produziu diversos estudos sobre o tema. Na sua opinião, qual é o principal diferencial desse projeto como um vetor de promoção do desenvolvimento em cada território considerado no programa?**

Veja, esse é um caso em que os estudos serão insumos e a experiência prévia no tema será uma ferramenta que o CGEE, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (Sesu), usará no sentido de implementar o projeto. Mas, se trata de um projeto de campo, de intervenção na realidade. Portanto, isso difere dessa experiência prévia, especialmente pelo fato de estarmos testando pilotos em diferentes regiões do País, com características econômicas, demográficas e geográficas completamente diversas e em que as instituições presentes também constituem conjuntos diferentes entre si.

Então, é um projeto de campo, de intervenção na realidade, diferente dos anteriores nos aspectos que mencionei. Tem como base a experiência

prévia do CGEE, mas constitui também uma nova frente de trabalho, capaz de fortalecer tanto o Centro quanto a sua relação com o MEC.

“ [...]estamos testando pilotos em diferentes regiões do País, com características econômicas, demográficas e geográficas completamente diversas. ”

**Como o senhor avalia a interação desse projeto dos CDR com outro esforço desenvolvido pelo CGEE, que prevê a elaboração do Mapa da Educação Superior?**

O Mapa da Educação Superior é uma outra encomenda do MEC que também aprofunda a relação entre o Ministério e o Centro. O projeto é um fundamento para várias ações de avaliação, de planejamento e, eventualmente, até de mudança de rumo nos processos de expansão da educação superior brasileira. O mapa vai tratar, portanto, das correlações fundamentadas no território, que liga economia, demografia, geografia e oferta de educação superior.

A economia está presente não só pelo panorama histórico do desenvolvimento em cada região, mas também pelos novos vetores de crescimento que se apresentam, seja por motivos ligados a investimentos privados, ou, ainda, por obras estruturantes ou infraestrutura providas pelo poder público. Um bom exemplo desse segundo caso é a transposição do rio São Francisco, que

alcança, entre outras, a região de Campina Grande (PB), um dos nossos projetos-piloto.

**O projeto é um fundamento para várias ações de avaliação, de planejamento e, eventualmente, até de mudança de rumo nos processos de expansão da educação superior brasileira.**

distribuí e se modifica, inclusive nas suas faixas etárias, e como as características de natureza geográfica permitem certas oportunidades ou geram determinados desafios. Esse mapa vai nos informar sobre isso, casando todos esses dados de natureza mais ampla com a oferta da educação superior, tanto por meio das universidades federais quanto por intermédio dos institutos federais, dos centros federais (Cefets) e, finalmente, das instituições públicas estaduais e municipais, das confessionais comunitárias e das instituições privadas. Assim, nós teremos um quadro completo desse atendimento.

Ao mesmo tempo, nós precisamos, então, somar as informações sobre como a população se